

## Projetos apreciados pela Assembleia Legislativa de Goiás - 13/04/2020

Em sessão remota da Assembleia Legislativa foram apreciados mais alguns projetos de lei, dentre os quais destacamos:

**Processo nº 1794/20** – Governadoria do estado – Altera a Lei nº 14.469, de 16 de julho de 2003, que institui o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás).

O projeto foi apreciado na Comissão Mista onde houve pedido de vistas dos deputados: Leda Borges, Humberto Teófilo, Eduardo Prado, Tales Barreto, Virmondes, Vinicius Cirqueira, Hélio de Sousa, Major Araújo, Diego Sorgatto.

**Processo nº 1758/2020** – Governadoria do Estado – Institui o Regime Extraordinário de Licenciamento Ambiental.

O projeto foi aprovado na Comissão Mista com o acolhimento da emenda do Deputado Delegado Humberto Teófilo que suprime os artigos referentes a contratação temporária para análise de processos.

### Decretos legislativos referentes a pedidos de declaração de estado de calamidade pública:

**Processo nº 1666/20** - Prefeitura de Davinópolis.

**Processo nº 1780/20** - Prefeitura de Itauçu.

**Processo nº 1781/20** - Prefeitura de Pires do Rio.

**Processo nº 1782/20** - Prefeitura de Palmelo.

**Processo nº 1783/20** - Prefeitura de Aruanã.

**Processo nº 1784/20** - Prefeitura de Leopoldo de Bulhões.

**Processo nº 1785/20** - Prefeitura de Cezarina.

**Processo nº 1786/20** - Prefeitura de Rio Quente.

**Processo nº 1787/20** - Prefeitura de Iporá.

**Processo nº 1789/20** - Prefeitura de Itarumã.

**Processo nº 1795/20** - Prefeitura de Rianópolis.

**Processo nº 1796/20** - Prefeitura de Varjão.

## **Outros projetos de lei com parecer pela aprovação aprovados pela CCJ:**

**Processo nº 5244/2019** – Deputado Chico KGL (DEM) - A proposta altera, na parte que especifica, o Anexo I da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, que estabelece a Organização Administrativa do Poder Executivo, fazendo constar a Gerência Administrativa do Goiás Empreendedor dentro da Superintendência do Goiás Empreendedor, que compõe a estrutura da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços;

**Processo nº 6299/2019** – Deputado Paulo Cezar Martins (MDB) – Institui a implantação do sistema de prontuário eletrônico do paciente nos serviços públicos de saúde, no âmbito do estado de Goiás;

**Processo nº 0999/2020** – Deputado Thiago Albernaz (Solidariedade) - Declara de utilidade pública o Centro Social Pró-Família, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.293.449/0001-95, com sede no Município de Goiânia;

**Processo nº 5079/2019** – Deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) - Institui diretrizes para o estímulo ao empreendedorismo para alunos do ensino médio da Rede de Educação Pública do Estado de Goiás;

**Processo nº 1539/2019** – Deputado Bruno Peixoto (MDB) – Autoriza o Poder Executivo a oferecer acompanhamento psicológico a todos os pacientes de tratamento do câncer, nas unidades de saúde pública estadual e conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) em funcionamento no estado de Goiás;

**Processo nº 1695/2019** – Deputado Delegado Eduardo Prado (PV) - Altera a Lei nº 16.901, de 26 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás, garantindo a extensão para escrivães e agentes de polícia da gratificação por acumulação de comarcas recebida pelo delegado de polícia;

**Processo nº 1724/2019** – Deputado Virmondes Cruvinel (Cidadania) - Institui a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores do Estado de Goiás, com a finalidade de promover o fortalecimento da economia local por meio do apoio ao planejamento e do incentivo ao desenvolvimento e implantação de novos empreendimentos nas áreas de prestação de serviço, de agropecuária, de comércio e de outras atividades industriais nos municípios mineradores;

**Processo nº 1525/2019** – Deputada Lêda Borges (PSDB) - Determina que todos os programas de loteamentos sociais e de habitação popular do estado de Goiás deverão designar 5% (cinco por cento) de suas unidades para as mulheres vítimas de violência doméstica, que preenchem os demais requisitos estabelecidos para concessão pelos órgãos competentes;

**Processo nº 4718/2019** – Deputada Lêda Borges - Assegura a participação das Sociedades Cooperativas em licitações e contratações públicas no âmbito do estado de Goiás, em igualdade de condições com todos os demais concorrentes;

**Processo nº 7851/2019** – Deputado Delegado Eduardo Prado - Declara de utilidade pública a Associação Maçonica Hidrolandense de Apoio ao Esporte (AMHAE), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 26.239.643/0001-86, com sede no município de Hidrolândia.

**Processo nº 5703/2019** – Deputado Henrique Cesar (PSC) – Concede parcelamento e desconto no pagamento das taxas de permanência de veículos apreendidos no pátio do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-GO)

**Processo nº 7866/19** – Deputada Lêda Borges (PSDB) – Propõe vedar a contratação, pelo Governo estadual, de serviços de publicidade e propaganda quando o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro seja superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período

**Processo nº 7607/19** – Deputado Gustavo Sebba (PSDB) – Visa dar efetividade ao princípio da publicidade das atividades públicas, ao informar, de forma clara e expressa, aos cidadãos, sobre os gastos com propaganda estatal.